



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

ESTADO DO PARANÁ

ATA DA 70ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2023, REFERENTE AO RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL DO 1º QUADRIMESTRE DE 2023, DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2023, nesta Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, no Plenário da Câmara Municipal, perante à Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa, realizou-se a 70ª Audiência Pública deste Município, na qual foi composta a Mesa dos trabalhos, com o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Ubiratan Pedroso, o Diretor Geral desta Câmara Municipal Guilherme Cherobim Filho, o Senhor Ivan Ferreira de Melo, Diretor Presidente do PREV São José, e o Senhor Claudio Roberto Gomes dos Santos, Diretor Financeiro, representando a Prefeita Nina Singer. Declarada aberta a Audiência Pública, o Sr. Ivan Ferreira Melo, Diretor Presidente do PREV São José apresentou:

A Prestação de Contas Anual do 1º e 2º Quadrimestre de 2023 Resultado da Execução Orçamentária. Detalhou que o Plano de custeio é dividido em: 15,00% da Prefeitura Contribuição Normal ambos os Fundos, 45,00% da Prefeitura Aporte Adicional ao Fundo Financeiro, 14,00% dos Servidores Ativos, 14,00% dos Aposentados (sobre o que exceder ao teto INSS) e 14,00% dos Pensionistas (sobre o que exceder ao teto INSS). Na próxima tela mostrou que o Total da Arrecadação referente ao 1º e 2º Quadrimestre de 2023 foi de R\$ 255.805.978,07, dividas em: Servidos (ativo e inativo) de R\$ 36.836.715,80, Patronal do Município R\$ 49.572.807,24, Aportes de R\$ 26.181.078,67, Retorno de Investimentos de R\$ 132.327.445,82, Indenizações Restituições e Ressarcimentos de R\$ 464.960,75, Compensações Previdenciárias de R\$ 6.076.017,72, Receitas Financeiras de 346.952,07 e Interferência Financeira de R\$ 4.000.000,00. O Quadro seguinte apresentou a receita orçada e arrecadada no período. As receitas administrativas orçadas em R\$ 300.000,00 e arrecadadas de R\$ 346.952,07, Interferência Financeira orçada em R\$ 6.000.000,00 arrecadada de 4.000.000,00 e Receitas Previdenciárias orçadas em 345.000.000,00 e arrecadada de R\$ 251.459.026,00. A seguir foi apresentado um quadro com o Total das Despesas também do 1º e 2º quadrimestre do ano corrente com: Despesas Administrativas orçadas de R\$ 6.300.000,00 e empenhadas de R\$ 6.138.195,80, Despesas Previdenciárias orçadas em 345.000.000,00 e empenhadas de R\$ 111.102.313,82 e R\$ 190.000.000,00 de Reservas de Contingência. No quadro seguinte detalhou a Composição do Patrimônio em 31/08/2023 que foi do Fundo Previdenciário de R\$ 1.574.398,83, Fundo Financeiro de R\$ 20.716.395,18, da Autarquia (Taxa de Administração) de R\$ 2.835.042,82, resultando num total de Recursos Financeiros R\$ 1.597.949,83. O quadro seguinte apresentou que os recursos para manutenção da PREV SÃO JOSÉ são repassados pela Prefeitura, com previsão em legislação federal, portaria 1.467/2022, definidos nos cálculos atuariais, e não podem passar de 1,7% sobre o total da folha de pagamentos dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do exercício anterior. E que para o exercício de 2023 foi fixada em R\$ 500.000,00 por mês (0,95% da folha de pagamentos) e que este valor é destinado para o custeio das despesas administrativas, tais como: Funcionários, água, luz, telefone, material de expediente, aluguel, etc. Na sequência, foi concedida a palavra ao Senhor Guilherme Cherobim Filho, Diretor Geral da Câmara Municipal, para as explanações necessárias, o qual, usando da palavra apresentou o seguinte Relatório da Gestão Fiscal: “Ilustre Vereador Bira do Banco, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento desta Câmara Municipal, ilustres Vereadores José Possebon e Sinésio,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

ESTADO DO PARANÁ

o Senhor Ivan Ferreira de Melo, Diretor Presidente do PREV São José, Senhor Claudio Roberto Gomes dos Santos, Secretário Municipal de Finanças, representando a Prefeita Nina Singer, Nobres Vereadores, Autoridades, Senhoras e Senhores. Nesta 70ª Audiência Pública da Gestão Fiscal que está sendo arrecadada em São José dos Pinhais, cumprindo o que determina o art. 54, da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o relatório desta Câmara Municipal visa demonstrar o equilíbrio das despesas e o respeito aos limites estabelecidos pela Legislação. Diante dos percentuais apurados para os gastos com pessoal – objeto principal da presente avaliação, constata-se que ficaram situados em patamares inferiores ao que é permitido pela Lei, conforme consta do relatório respectivo, devidamente publicado na imprensa. A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) apurada no período de competência, conforme demonstrado pelo Poder Executivo Municipal, de Setembro 2022 a Agosto/2023, foi de R\$ 1.606.465.766,77 (Um bilhão seiscentos e seis milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil setecentos e sessenta e seis reais e setenta e sete centavos), deduzindo-se o valor das Transferências obrigatórias da União relativas às EMENDAS INDIVIDUAIS de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) e dos Recursos destinadas ao pagamento dos agentes de saúde e dos agentes de combate às endemias de R\$ 5.763.155,60 (Cinco milhões setecentos e sessenta e três mil cento e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos), obtêm-se a RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA de R\$ 1.600.202.611,17 (Um bilhão seiscentos milhões duzentos e dois mil seiscentos e onze reais e dezessete centavos). De acordo com o art. 20, inciso III, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal, a DESPESA COM PESSOAL do Legislativo Municipal no período do exercício móvel não poderá ultrapassar o limite de 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida Ajustada (RCL). A despesa com Pessoal deste Legislativo foi de R\$ 30.915.972,65 (Trinta milhões, novecentos e quinze mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), representando 1,93% da RCL. Com relação ao período apurado de Maio a Agosto de 2023, foi repassado do Executivo para o Legislativo, R\$ 17.333.333,32 (Dezessete milhões trezentos e trinta e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos) correspondendo ao repasse previsto na Lei Orçamentária Anual para o 2º quadrimestre do Exercício de 2023. Destes, 62,57% foram aplicados em despesas com pessoal (incluindo o Patronal), 17,29% na manutenção dos serviços de instalações da Câmara, 1,10% em aquisições de equipamentos e materiais permanentes, 19,04% representa o montante disponível para fazer frente às futuras despesas do Legislativo. Com relação às atividades da Câmara Municipal, no período de Janeiro a Agosto de 2023, foram realizadas 53 Sessões Ordinárias. Foram apresentadas as seguintes proposições: 163 Requerimentos, 3441 Indicações, 38 Projetos de Decreto Legislativo, 97 Projetos de Lei de autoria do Poder Executivo, 137 Projetos de Lei de autoria dos Senhores Vereadores, 05 Projetos de Lei Complementar de autoria do Poder Executivo, 04 Projetos de Lei Complementar de autoria dos Senhores Vereadores, e ainda foram sancionadas 140 Leis Ordinárias. Diante dos resultados retratados neste Relatório, nada temos para corrigir com referência aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Informamos que o presente relatório e os quadros demonstrativos da gestão fiscal e execução orçamentária estarão à disposição no site da Câmara: www.cmsjp.pr.gov.br. A seguir, foi concedida a palavra ao Senhor Claudio Roberto Gomes dos Santos, Diretor Financeiro para as explanações necessárias, o qual, usando da palavra, informa que em atendimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 – LRF passa a apresentar a prestação de contas relativas ao 2º quadrimestre de 2023. O primeiro quadro apresentou o Demonstrativo da Receita Corrente do 2º Quadrimestre/2023, onde consta a Receita Corrente prevista de R\$ 1.498.159.624,83 e Realizada de R\$ 1.329.396.435,71, receitas essas que são

2



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

ESTADO DO PARANÁ

divididas em: Tributárias previstas de R\$ 424.207.855,00 e Arrecadada de R\$ 486.596.793,07; Taxas Prevista em R\$ 31.616.400,00 e realizada de R\$ 222.267.828,09; Contribuições de melhoria prevista em R\$5.300,00 e realizada de R\$ 7.470,10. Contribuições previstas de R\$ 25.000.000,00 e Arrecadada de R\$ 50.187.682,99; Patrimoniais previstas de R\$ 18.809.709,83 e Arrecadada de R\$ 205.358.002,31; Receita de Serviços previstas de R\$ 320.100,00 e Arrecadada de R\$ 2.259.494,98; Transferências Correntes previstas de R\$ 1.013.748.460,00 e Arrecadada de R\$ 25.499.252,26; Outras Receitas Correntes previstas de R\$ 16.073.500,00 e Arrecadada de R\$ 25.499.252,26. A seguir o Demonstrativo da Receita de Capital total prevista de R\$ 113.835.128,00 e Realizada de R\$ 36.137.732,34 e a Receita Total arrecadada do município que é a soma da receita corrente com a receita de capital prevista foi R\$ 1.612.015.103,22 e Realizada de R\$ 1.441.288.053,96. Despesas Correntes orçadas atualizada no valor de R\$ 1.585.220.551,94, empenhadas de R\$ 1.050.330.360,68 e liquidadas de R\$ 808.906.194,72; Despesas de Capital orçadas e atualizada no valor de R\$ 349.499.852,05, empenhadas de R\$ 89.059.947,90 e liquidadas de R\$ 48.148.771,77. Reserva de Contingência orçadas no valor de R\$ 195.053.766,00 e Despesas Intra-Orçamentárias orçadas e atualizada no valor de R\$ 104.831.545,46, empenhadas de R\$ 75.561.837,40 e liquidadas de R\$ 75.561.837,40. Chegando num total de despesa orçada atualizada de R\$ 2.234.605.715,45 e empenhada de R\$ 1.214.952.145,98 e liquidadas de R\$ 932.616.803,89. Logo após foi apresentado à composição das Despesas empenhadas por secretaria do Gabinete da Prefeita de R\$ 1.613.906,03; Procuradoria Geral do Município de R\$ 18.689.688,51; Secretaria Municipal de Planejamento de R\$ 13.228.777,83; Secretaria Municipal de Administração e RH de R\$ 19.614.938,40; Secretaria Municipal de Finanças de R\$ 103.803.270,09; Secretaria Municipal de Saúde de R\$ 298.219.852,87; Secretaria Municipal de Educação de R\$ 314.013.780,24; Secretaria Municipal de Cultura de R\$ 8.318.651,61; Secretaria Municipal de Assistência Social de R\$ 36.586.028,16; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de R\$ 9.873.116,14; Secretaria Municipal de Habitação de R\$ 4.288.374,52; Secretaria Municipal de Urbanismo de R\$ 6.347.139,93; Secretaria Municipal de Meio Ambiente de R\$ 80.700.481,06; Secretaria Municipal de Viação e Obras de R\$ 118.183.960,26; Secretaria Municipal de Agricultura de R\$ 5.905.455,57; Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de R\$ 3.166.990,38; Secretaria Municipal de Governo de R\$ 4.039.863,78; Secretaria Municipal de Segurança de R\$ 23.058.133,90; Gabinete do Vice-Prefeito de R\$ 296.561,06; Secretaria Municipal de Comunicação Social de R\$ 4.936.609,42; Secretaria Municipal de Recursos Materiais de R\$ 5.953.516,60; Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego de R\$ 2.958.828,87; Secretaria Municipal de Transporte Transito de R\$ 13.560.143,29; CODEP de R\$ 1.009,00; PREV de R\$ 111.102.313,82 e Câmara Municipal de R\$ 12.431.552,57; gerando um total de despesas empenhadas de R\$ 1.214.952.145,98. O próximo quadro apresentado foi o demonstrativo do Resultado Primário em 31/08/2023 composto pelo valor de Receita Primária prevista atualizada de R\$ 1.770.929.385,89 e Realizada de R\$ 1.143.735.261,33, Despesa Primária prevista atualizada de R\$ 2.101.771.941,49 e realizada de R\$ 465.218.170,57 e o Resultado Primário previsto obtido de R\$ -330.842.555,60 e realizado de R\$ 90.020.394,45. Com meta do exercício da LDO/2023 de R\$ (1.163.978.307,89). Com relação ao Resultado Nominal foi apresentado o valor em 31/08/2023 de R\$ 85.649.423,09. Com meta do exercício na LDO de R\$ -18.426.878,66. O quadro seguinte demonstrou as despesas com pessoal, calculada pela Receita Corrente Líquida que em 31/12/2022 foi de R\$ 1.427.049.705,07 e em 31/08/2023 foi de R\$ 1.606.465.766,77; (-) Transferências Obrigatórias Emendas individuais em 31/12/2022 foi de R\$ 4.490.000,00 e em 31/08/2023 foi de R\$ 500.000,00 (-) Recursos agentes saúde e combate



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

ESTADO DO PARANÁ

a endemias em 31/12/2022 foi de 0 e em 31/08/2023 foi de R\$ 5.763.155,60, gerando a Receita Corrente Líquida Ajustada que em 31/12/2022 foi de R\$ 1.422.559.705,07 e em 31/08/2023 foi de R\$ 1.600.202.611,17 e a despesa com Pessoal em 31/12/2022 foi de R\$ 698.292.746,05 e em 31/08/2023 foi de R\$ 829.244.608,37; resultando em um índice de Despesas com Pessoal em 31/12/2022 de 49,09% e em 31/08/2023 de 51,82%. A seguir foi o quadro de Demonstrativo Aplicação em Saúde, com Receitas para efeito de cálculo Saúde que em 31/12/2022 que foi de R\$ 1.092.163.752,46 e em 31/08/2023 foi de R\$ 908.524.749,86; as Receitas com Saúde 15% que em 31/12/2022 foi de R\$ 16.382.456.286,90 e em 31/08/2023 foi de R\$ 136.278.712,48; as Despesas com Saúde que em 31/12/2022 foi de R\$ 283.805.573,49 e em 31/08/2023 foi de R\$ 195.598.556,82; resultando em um Índice de despesas com Saúde que em 31/12/2022 foi de 26,90% e em 31/08/2023 foi de 21,53%. Recursos próprios utilizados em 31/12/2022 de 11,90% e em 31/08/2023 de 6,53%. O quadro a seguir mostrou o Demonstrativo Aplicação em Educação, calculado utilizando a Receita para efeito do cálculo da Educação que em 31/12/2022 foi de R\$ 1.103.776.691,56 e em 31/08/2023 foi de R\$ 814.134.612,11; as Receitas da Educação 25% em 31/12/2022 de R\$ 275.944.172,89 e em 31/08/2023 de R\$ 228.533.653,03, as Despesas com Educação que em 31/12/2022 foi de R\$ 308.314.591,90 e em 31/08/2023 foi de R\$ 223.857.518,11; resultando em um Índice de despesas com Educação que em 31/12/2022 foi de 27,93% e em 31/08/2023 foi de 24,49%. A seguir foi apresentado o quadro com limites da dívida consolidada líquida, com RCL ajustada de R\$ 1.605.965.766,77, limite senado 120% RCL de R\$ 1.927.158.920,12 e a DCL do Município em R\$ 571.497.649,23 com percentual DCL sobre RCL de 35,59%. Foi apresentado também um quadro com os precatórios pagos até 31/08/2023 dividindo-se entre Pessoal TRT de R\$ 758.821,09, Fornecedores TJ de R\$ 4.392.166,23 e com total de precatórios pagos de R\$ 5.150.987,32. Foi apresentado também, a Prefeitura não possui Dívida Mobiliária e não há ocorrência de Concessões de Garantia. Finalizando foi apresentado um quadro no qual a Secretaria de Finanças demonstrou a sua MISSÃO que é: Administrar os recursos públicos municipais com eficácia e transparência. E a sua VISÃO: A Secretaria de Finanças apresenta um novo conceito de gestão pública, fundamentado na transparência das ações, confiabilidade no SERVIDOR PÚBLICO e principalmente no compromisso maior com os seus CIDADÃOS. Isto feito, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Ubiratan Pedroso, comunica que as perguntas dirigidas ao Senhor Secretário Claudio Roberto, neste ato representando a Prefeita Nina Singer, deverão ser feitas através do microfone pelos Vereadores e autoridades presentes, e por escrito pelo público, ao qual será entregue formulário próprio. Com a palavra, Diretor Geral deste Poder Legislativo, Guilherme Cherobim, após os cumprimentos, faz dois questionamentos ao Sr. Cláudio: “Senhor presidente eu gostaria de fazer uma pergunta na verdade e depois um pedido, em relação a questão dos recursos, o Município encaminhou através de Projeto de Lei aqui, em torno de R\$ 78 milhões de créditos adicionais, consignando a fonte excesso de arrecadação. Percebi ali dentro da receita arrecadada, principalmente a questão do COSIP, tem um aumento significativo e a questão do IPTU também. Além das questões nominadas lá como outras receitas correntes, que deve ser multa de trânsito, porque achei o valor bastante significativo em termos de multa. Mas por outro lado, essa questão do ICMS, a gente vê que é uma questão preocupante, e a minha pergunta é claro que você não tem bola de cristal, mas me dá a impressão ainda que nós vamos chegar em um valor, que pode se considerar, que podemos ser déficit orçamentário? E daí a sugestão, na verdade um pedido que eu já fiz a secretário Fabiano. Nós temos um problema sério, e nós aqui na Câmara, nós temos batido muito nessa questão, com o advento do SIAFIC, com a questão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

ESTADO DO PARANÁ

necessária que a gente tem que seguir o mesmo sistema de gestão pública que o da Câmara, nós estamos tendo muitas dificuldades no que diz respeito ao nosso Portal da Transparência. No ano de 2022, o Portal de Transparência atingiu um índice de 62% de Transparência, que é muito baixo, esse ano nós estamos conseguindo e para 75%. Mas estamos com dificuldades em termos de parametrizar, então é um pedido, e eu percebo que hoje na verdade existe um aditivo contratual, acho que é um contrato emergencial, e parece que vai chegar ao final do ano, e queria ter uma ideia se existe uma solução para isso, porque ele certo modo impacta a Câmara de forma negativa, e eu entendo, e nossa equipe também entende, que digamos as dificuldades que vocês tenham a nível de gestão, são muito maiores lá, e é natural que se dê prioridade às soluções de lá, para que depois sejam solucionadas os nossos problemas aqui, então eu queria ter uma ideia disso para que também a gente consiga melhorar o nosso sistema de Transparência em relação as parametrizações que a gente precisa.” Em resposta, o Diretor Financeiro explica: “Quanto a sua primeira pergunta, a possibilidade de déficit ele deve ser na questão orçamentária, a prefeitura costuma fazer um monitoramento dessa questão das receitas do município, quando nós mandamos para vocês aqui, a questão de excesso de arrecadação especificamente, é porque nós tratamos todas as receitas separadamente, então por exemplo, o ICMS nós sabemos que ele está caindo, então toda despesa que foi orçada com base na situação do ICMS, a gente faz uma reserva desse valor. Caso ocorra, nós vamos lá e liberamos esse valor para as secretarias utilizarem. Já o excesso especificamente, quando foi mandado para vocês aqui, é porque por exemplo, a receita do Imposto de Renda né, com essa alteração que nós fizemos, nós tivemos ali um incremento de receita, e vamos ter esse incremento e agora em diante a partir do Decreto que a Prefeita colocou, nós tivemos aí um excesso de arrecadação. Então como há um excesso especificamente na receita de Imposto de Renda, a gente abre novas despesas, mas para utilizar esse tipo de recurso. No final o nosso orçamento, ele não pode de maneira alguma, ter despesas empenhadas sem a devida receita ou o devido recurso para o pagamento. A não ser que, por exemplo, quando é feito um projeto ou uma obra, aonde vai ser emprestar recursos financeiros por exemplo do Estado, o empenho ele vai ser empenhado no momento que for feita a licitação. Já o recurso, ele só vai ser liberado para o município, quando houver as medições, aí então há um desencaixe, porém o que acontece? Toda vez que acontece esse tipo de coisa, você tem uma despesa e você não tem uma receita orçamentária para a sua cobertura, você tem que justificar junto ao Tribunal de Contas. Então nesse caso especificamente para nós nesse exercício, nós estamos monitorando todas as receitas e todas as despesas, às vezes algumas secretarias podem até reclamar, que em seu orçamento tem tanto, mas tá bloqueado. Está bloqueado, porque nós trabalhamos dessa forma, então a gente só libera após a realização da despesa efetiva, no caso das receitas de recursos livres, que a gente tem o maior cuidado. Já as despesas de recursos vinculado, não depende só da nossa parte, então cabe destacar aqui para vocês, apesar do ICMS estar caindo, nós fizemos algumas ações. Prontamente ano passado, com a ajuda dos Senhores inclusive, nós aprovamos no final do ano o refis. E esse refis ele causou um resultado bom para esse exercício, houve uma efetividade muito grande. Para se ter uma ideia, hoje nós temos na casa de R\$ 18 milhões/mês, que nós estamos recebendo daquilo que foi parcelado este ano, no começo do ano a partir de 15 de março e foi até dia 30 de junho, então esses recursos nós vamos receber a maior a sua maior parte até 31/12 de 2024. Então quanto a questão da receita seria essa situação, nós estamos monitorando, nós estamos realizando ações específicas para que não haja a questão do déficit. Até mesmo porque ano que vem, obrigatoriamente, todo o recurso que o município tiver, e esse recurso esteja comprometido, ele deve estar depositado em conta corrente do município. Já quanto à questão de sistema, a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

ESTADO DO PARANÁ

parte de sistema nós temos uma certa dificuldade realmente, hoje nós temos um contrato emergencial com a ICI, que é a empresa que fornece sistemas hoje para a Prefeitura de Curitiba. Esse contrato ele finda agora no mês de novembro, porém foi solicitado a Secretaria de Planejamento, para que fizesse um novo processo, porque nós precisamos dar a manutenção. Não que a ICI não estivesse fazendo, mas é que foi feito emergencialmente, a empresa anterior acabou abandonando a situação do contrato, o contrato venceu a prefeitura também não renovou, então houve-se o rompimento de serviços, aí foi contratado a ICI para dar a manutenção, porque essas fontes especificamente do sistema, eles pertencem ao município, então agora recentemente foi feito um novo processo, essa outra empresa ela deve estar para assumir aí nos próximos dias. Também quanto a questão das dificuldades próprio quadro de publicação, no caso da parte da internet, com certeza nós teremos que sentar e tentar amenizar os problemas que virão pela frente, vai haver um período de adaptação para essa nova empresa, mas realmente, nós estamos tendo esse tipo de dificuldade até mesmo nós ali na prefeitura, eu tenho costume de às vezes acessar os dados da prefeitura após o horário e muitas das vezes o sistema está fora, a parte de transparência e não pode, precisa ser resolvida a essa situação. Então basicamente é essa situação toda ela está com a secretaria de planejamento, nós fizemos um documento no início do exercício de 2023, solicitando ajuda da secretaria de planejamento para a solução desses problemas.” O Diretor Guilherme agradece e complementa: “Só ficou sinceramente uma dúvida em relação a essa questão das metas fiscais, mas quero crer que essa ação e contingenciamento e monitoramento nos dê uma solução positiva para o município.” Não havendo mais perguntas por parte dos munícipes ou mais questionamentos, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos finalizou agradecendo ao Diretor de Finanças pela sua explanação. Agradeceu também a participação dos Vereadores presentes e todos que acompanharam esta Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar na presente Audiência, foi a mesma encerrada. Para constar foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

Ubiratan Pedrosa
Presidente da Comissão de Finanças
e Orçamento

Allax Siqueira
Presidente da Câmara Municipal de São
José dos Pinhais

Silvio Mecânico
Membro da Comissão de Finanças
e Orçamento

Claudio Roberto Gomes dos Santos
Diretor Financeiro

Ailton Fenemê
Membro da Comissão de Finanças
e Orçamento